

A implantação da Carteira de Trabalho e o trabalho feminino: trabalhadoras gaúchas através do acervo da Delegacia Regional do Trabalho - RS (1933-1941)

SCHNEIDER, Kate Mariana¹; LONER, Beatriz Ana²

¹ Universidade Federal de Pelotas, Curso de Licenciatura em História, kate_lemke@hotmail.com;

² Universidade Federal de Pelotas, Departamento de História, bialoner@yahoo.com.br.

1-INTRODUÇÃO

O trabalho feminino foi ao longo do tempo relacionado à mão-de-obra barata e identificado a certos tipos de emprego. Tal concepção foi institucionalizada e formalizada, de forma que se tornou praticamente uma questão de senso comum. O paulatino aumento numérico tornou inevitável o reconhecimento das trabalhadoras gaúchas no meio produtivo bem como no movimento operário. O emprego remunerado, embora criticado por inúmeros setores sociais, começava a aparecer como atividade dignificante, colocando as mulheres sob a honra do trabalho, contribuindo assim para a construção de uma identidade operária feminina (BILHÃO, 2008).

Este trabalho objetiva abordar novas perspectivas no tocante a análise do universo do trabalho feminino no Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, através dos dados obtidos junto ao acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), coletados nas fichas de qualificação profissional, utilizadas no processo de feitura das carteiras de trabalho no período inicial de sua implantação. A análise foi possível graças ao Banco de Dados da DRT-RS, construído em projeto anterior e atualmente alimentado pelo projeto "Traçando o Perfil do Trabalhador Gaúcho" desenvolvido dentro do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, desde o ano de 2007.

2-METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Foram analisadas todas as fichas de trabalhadoras existentes, entre os anos de 1933 a 1941, tornando possível abordar os dados que tratam de alguns aspectos da vida profissional das mulheres gaúchas. A relevância destes dados é indiscutível, pois os mesmos abrangem a totalidade de trabalhadores gaúchos urbanos de carteira assinada na primeira década de implantação do documento, transcendendo o estudo apenas de uma fábrica ou empresa, ou ainda de uma cidade em certos anos, possibilitando generalizar os dados e compará-los aos dados demográficos (LONER, 2001; FEE, 1986).

3-RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente nos chama a atenção o pequeno número de mulheres que procuraram a carteira de trabalho naqueles anos, ainda que se observe a cultura tradicional de ocupação apenas doméstica para as mulheres que vigorava na sociedade brasileira no período. Deve também ser levado em conta o processo de modernização e industrialização pós 1930 pela qual passava o Brasil (OLIVEIRA, 2003) estando em andamento à incorporação das mulheres nos setores econômicos ativos.

A maior parte das trabalhadoras estava empregada em setores de prestação de serviços ou auxiliar no comércio. Observamos na tabela abaixo a primeira categoria incluindo muitas trabalhadoras vinculadas a serviço de limpeza e arrumação, a segunda também contemplando estas atividades, além daquelas de

atendente de lojas, bares, restaurantes, etc. Outras atividades relacionadas à prestação de serviço também figuram, como as costureiras, mostrando que apenas uma pequena parcela de mulheres trabalhava em ambientes fabris.

A ocupação mais desempenhada por mulheres naquele momento relacionava-se a serviços domésticos em residências alheias, compreendendo basicamente os trabalhos de arrumadeira, copeira, cozinheira e lavadeira, as quais não tinham carteira de trabalho. Observamos então, em dados concretos, uma desvalorização da mão de obra feminina, empregada majoritariamente em trabalhos caracterizados pelo muito esforço, baixa qualificação, menor remuneração e boa parte dele realizado sem assistência do estado de alguma forma.

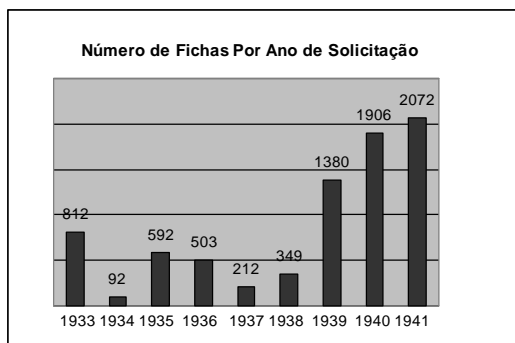
Ocupação	Branças		Pardas		Pretas		Total	
Prestação de Serviços	2221	28,07%	467	5,92%	213	2,07%	2909	36,26%
Auxiliar de Comércio	1656	20,92%	55	0,70%	9	0,11%	1747	22,07%
Confecção	852	10,77%	96	1,22%	29	0,37%	987	12,49%
Embaladoras	400	5,06%	24	0,31%	*	*	424	5,37%
Fiação e Tecelagem	322	4,10%	15	0,19%	2	0,03%	342	4,34%
Educação	240	3,04%	2	0,03%	*	*	242	3,07%
Serviços Gráficos	123	1,56%	13	0,17%	*	*	137	1,74%
Indústria Calçadista	103	1,31%	6	0,08%	*	*	109	1,39%
Indústria Fumageira	68	0,86%	19	0,24%	5	0,06%	92	1,16%
Doceiras	82	1,04%	2	0,03%	1	0,01%	85	1,08%
Serviços Burocráticos	82	1,04%	1	0,01%	*	*	82	1,04%
Indústria Frigorífica	66	0,83%	12	0,15%	1	0,01%	79	0,99%
Moda e Beleza	68	0,86%	2	0,03%	*	*	70	0,89%
Área da Saúde	41	0,56%	2	0,03%	1	0,01%	44	0,56%
Telefonistas	26	0,33%	*	*	*	*	26	0,33%
Jornaleiras	18	0,23%	4	0,05%	1	0,01%	23	0,29%
Caixeira	19	0,24%	*	*	1	0,01%	20	0,25%
Ferrovária	19	0,24%	*	*	*	*	19	0,24%
Bordadeiras	15	0,19%	1	0,01%	*	*	16	0,20%
Panificação	14	0,18%	1	0,01%	*	*	15	0,19%
Jornalistas	5	0,07%	*	*	*	*	5	0,07%
Outras Profissões	283	3,62%	27	0,35%	7	0,09%	317	4,06%
Não Informada	118	1,49%	8	0,10%	4	0,05%	134	1,69%

Fonte: Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do RS – NDH/UFPel.

Tabela 1: Ocupação das trabalhadoras (1933-1941).¹

Deste total de 7.918 trabalhadoras, apenas um pequeno número era sindicalizada. A maioria destas pertencia ao sindicato de tecelagem, reduto tradicional da mão de obra feminina dentro do trabalho fabril.

O número de carteiras solicitadas por ano pelas operárias gaúchas constitui um dado relevante considerando que, embora houvesse incentivos do governo nos primeiros anos a carteira não era obrigatória para os trabalhadores. Apenas o trabalhador que fosse sindicalizado e tivesse feito a carteira teria direito a férias e outros benefícios trabalhistas, como estratégia do governo para consolidar a carteira trabalhista (GOMES, 1988). Pela tabela, vemos que os anos que mais concentram os pedidos de carteiras pelas mulheres são aqueles mais próximos a década de 1940, o que parece indicar a disseminação da carteira como uma coisa normal para aqueles anos.



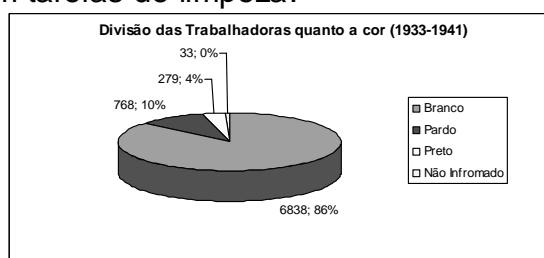
Fonte: Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do RS – NDH/UFPEL.
Gráfico 1: Número de Carteiras por ano de Solicitação.

Em relação à idade das trabalhadoras, não há muitas surpresas, pois vemos que a maioria pertencia à faixa das mulheres mais jovens, entre 10 a 30 anos. Somada a faixa dos 30 aos 40 anos encontramos quase o total das trabalhadoras. Enquanto as mais jovens provavelmente ainda estavam solteiras e sem filhos, as mais velhas trabalhavam devido à necessidade de sustentar a família por serem viúvas ou precisarem garantir o sustento da família.

Ano de Solicitação		1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
Faixa Etária	0 a 10	1	0	0	0	0	0	0	1	0
	10 a 20	334	29	187	287	85	144	518	743	915
	20 a 30	259	37	202	136	77	114	517	682	675
	30 a 40	122	15	114	58	30	62	211	291	291
	40 a 50	57	9	49	13	14	22	80	119	124
	50 a 60	24	2	19	4	2	3	33	40	37
	60 a 70	2	0	3	0	0	1	5	5	3
	70 a 80	0	0	0	0	0	0	1	0	2

Fonte: Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do RS – NDH/UFPEL.
Tabela 2: Faixa etária das trabalhadoras (1933-1941).

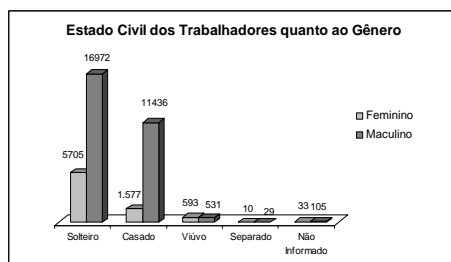
No tocante à cor, o gráfico abaixo indica uma maioria de mulheres brancas seguidas pelas pardas e depois negras. Inicialmente pode-se concluir que isso reflete a realidade do estado do Rio Grande do Sul, tradicionalmente conhecido como terra de forte imigração europeia, contudo, deve-se lembrar que havia na sociedade uma forte discriminação contra as mulheres negras, o que pode estar indicado em seu pequeno número entre aquelas que trabalhavam com carteira assinada, pois estas ficavam relegadas aos trabalhos sem carteira assinada, de âmbito doméstico, e em tarefas de limpeza.



Fonte: Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do RS – NDH/UFPEL.
Gráfico 2: Divisão das Trabalhadoras quanto a cor (1933-1941).

Por fim, temos o quadro geral dos trabalhadores em relação ao estado civil no qual podemos perceber que a maioria das mulheres que trabalham, neste

momento são solteiras, e que apenas 10% delas são casadas, sendo as casadas e viúvas números praticamente irrelevantes. Entre as mulheres solteiras, seis delas colocaram companheiros como dependentes, mas deve-se imaginar que o número deve ser bem maior daquelas que tinham relações não oficializadas. Além disso, tradicionalmente, as mulheres não são consideradas como chefes de família (MACEDO, 1986).



Fonte: Banco de Dados da Delegacia Regional do Trabalho do RS – NDH/UFPEL.
Gráfico 3 – Estado Civil dos Trabalhadores quanto ao Gênero

4-CONCLUSÃO

Concluindo, podemos dizer que esses dados quantitativos corroboram o que já qualitativamente se sabe sobre o emprego da mão de obra feminina no Brasil, durante o decorrer do século XX, ou seja, que às mulheres caberiam os trabalhos e as ocupações pior remuneradas, mais penosas. E com relação ao banco de dados e a pesquisa sobre o acervo da DRT, esperamos ter demonstrado, a partir deste exemplo sobre o trabalho feminino, a imensa potencialidade desta fonte como recurso para a pesquisa.

5-REFERÊNCIAS

- BILHÃO, Isabel Aparecida. **Mulheres operárias na Porto Alegre da virada do século XIX para o XX**. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da Associação Nacional de História Seção Rio Grande do Sul realizado em Porto Alegre, de 14 a 18 de julho de 2008, disponível em <http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>, 01/05/2011.
- DUBY, G., PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. Lisboa: Afrontamento, 1994.
- FEE-1986. **De província de São Pedro a estado do Rio Grande do Sul: censos do RS-1853-1950**. Porto Alegre: Ed. FEE.
- FRENCH, John. **Afogados em Leis**. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Angela. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- LONER, Beatriz. A História Operária no Rio Grande do Sul. **História Unisinos**, n. especial, (2001), pp. 53-79.
- LONER, B. A.; KOSCHIER, Paulo; BEM, Emmanuel de. **Perfil do trabalhador gaúcho: 1933-1940**. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007, Recife. www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/gt21, 2007. p. 1-21.
- MACEDO, **A reprodução da desigualdade**. São Paulo: Vértice, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica à razão dualista e o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SCOTT, Joan W. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Vol. 16, nº2, p.5-22, jul./dez., 1990.